

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 117.953 - PB (2019/0276697-7)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : LUIS CLAUDIO REGIS MARINHO
ADVOGADOS : JOÃO LUÍS FERNANDES NETO - PB014937
WALLIS FRANKLIN DE SOUZA SILVA - PB024626
REBECA JÉSSICA DANTAS DE MEDEIROS - PB018219
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por LUIS CLAUDIO REGIS MARINHO contra acórdão proferido pela Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, no julgamento do HC n. 0805287-53.2019.8.15.0000.

Noticiam os autos que o recorrente foi denunciado como incurso no artigo 1º, inciso XIII, do Decreto-lei 201/1967, por diversas vezes, na forma do artigo 71 do Código Penal.

Buscando o trancamento do processo, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Sustentam os advogados subscritores das razões recursais que os crimes descritos no primeiro grupo da denúncia estariam prescritos, pois foram praticados em 2009, tendo transcorrido mais de 8 (oito) anos desde a sua consumação.

Alegam que embora a Corte Estadual tenha atestado a natureza instantânea do delito previsto no inciso III do artigo 1º do Decreto-lei 201/1967, deixou de reconhecer a prescrição da pretensão punitiva estatal quanto aos fatos ocorridos em 2009 sob o argumento de que a decisão não teria "efeito prático", o que seria ilegal.

Aduzem que não haveria justa causa para a persecução criminal quanto aos contratos envolvendo profissionais da educação.

Afirma que a contratação dos prestadores de serviços educacionais estaria amparada por decretos municipais, tratando-se de conduta atípica.

Requerem o provimento da insurgência para que a punibilidade do recorrente seja extinta pela prescrição quanto aos fatos descritos no primeiro grupo da vestibular, trancando-se o feito no tocante aos contratos envolvendo prestadores de serviços de escolas municipais.

É o relatório.

Infere-se que além deste recurso ordinário constitucional a defesa impetrou o HC n. 530.487/PB, também impugnando o acórdão proferido no julgamento do HC n. 0805287-53.2019.8.15.0000 e buscando a extinção da punibilidade do recorrente pela prescrição quanto aos fatos descritos no primeiro grupo da denúncia e o trancamento do processo no tocante aos contratos envolvendo prestadores de serviços de escolas municipais.

Assim, observa-se que neste inconformismo tem-se a simples reiteração de pedido, não tendo a defesa trazido qualquer fato capaz de dar ensejo à nova análise por este Tribunal do pleito deduzido no mencionado *writ*, verificando-se, portanto, a inadmissibilidade do reclamo em apreço.

Nesse vértice:

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. MATÉRIA PREVIAMENTE SUBMETIDA AO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA POR MEIO DE HABEAS CORPUS. MERA REITERAÇÃO NO ÂMBITO DO RECURSO ORDINÁRIO. LITISPENDÊNCIA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Hipótese na qual o recurso ordinário interposto consiste em mera reiteração de pedido formulado no HC n. 456.792/SP, que teve a liminar indeferida e será oportunamente levado a julgamento.

2. Embora o recurso ordinário em habeas corpus consista no meio próprio para a apreciação da irresignação, a defesa optou por impetrar, também, habeas corpus substitutivo, o qual primeiramente foi despachado nesta Corte. Desse modo, a tese idêntica não pode ser simultaneamente analisada em impetrações/interposições posteriores.

3. Embora esta Corte entenda ser, de início, incabível o habeas corpus substitutivo de recurso, em homenagem ao princípio da ampla defesa, é de rigor o exame da insurgência, para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício. Assim, não haverá qualquer prejuízo ao recorrente em ter as teses ora levantadas analisadas quando do julgamento HC n. 456.792/SP e não do presente recurso ordinário.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no RHC 103.808/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 10/12/2018)

Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, inciso XVIII, alínea “a”, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **não se conhece** do presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator